

CADERNOS

TEORIA e DEBATE



OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO

[SÉRIE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL]

POLÍTICA CULTURAL PARA O BRASIL



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

CADERNOS TEORIAeDEBATE

[SÉRIE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL]

POLÍTICA CULTURAL PARA O BRASIL

Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de
Cultura e Secretaria Nacional de Cultura do PT

Março/2022

Este *Caderno Teoria e Debate* faz parte da série *Reconstrução e Transformação do Brasil*: um conjunto de elaborações que tem como objetivo problematizar questões da sociedade contemporânea e propor políticas públicas para o Brasil, realizado no âmbito do Centro de Altos Estudos e dos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPPs). Esses cadernos constituem subsídios para o debate propositivo e de alternativas para o país e não têm caráter de resolução partidária, programa de governo, além disso não necessariamente expressam as opiniões da direção da Fundação Perseu Abramo. As opiniões expressas neste documento são de responsabilidade dos autores.

EXPEDIENTE

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vívian Farias

Elen Coutinho, Jéssica Italoema, Alberto Cantalice, Artur Henrique, Carlos Henrique Árabe, Geraldo Magela, Jorge Bittar e Valter Pomar.

Conselho Curador

Dilma Rousseff (presidenta de honra), Fernando Haddad (presidente), Ana Maria de Carvalho, Ademar Arthur Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Avelar Sampaio, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Iliada Lopes, José Roberto Paludo, Laís Wendel Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

Equipe editorial: Rose Spina, Rogério Chaves, Raquel Costa e David da Silva Jr.

Editoração e capa: Camila Roma

Revisão: Helenise Brant, Claudia Andreati, Angelica Ramacciotti.

Secretaria Nacional de Cultura do PT

Composição Coletivo Nacional de Cultura 2021/2025:

Secretário Nacional: Márcio Tavares
Andrea Cunha (RJ), Antonio Nogueira (Adjunto) (AP), Antonio Teófilo de Almeida (BA), Catarina Landi da Silva Couto (Tita Couto) (SP), Claudia Maria Gomes Souza (Cacau) (AP), Daniel Barbosa Balabram (Saman) (RJ), Deryk Santana (Adjunto) (GO), Elizângela de Miranda Altoé (ES), Érika Loka Carvalho (CE), Isabelle Medeiros de Freitas (MG), Jackson Raymundo (RS), Lígia da Silva Viana (MT), Lucas Machado Luiz Ferreira Borges (RJ), Maria dos Prazeres Barros (PE), Marina Costa dos Santos (RJ), Najara Leite Bem (SP), Rafael Oliveira Fontes (BA), Sebastião José Soares (SP), Sonia Aparecida Fardim (SP), Vivi Martins (Adjunta) (RJ), Emerson Caldas (PA), Josiani Arruda Salinos (RS), Leonardo Fialho (PI), Lindivaldo Oliveira Leite Júnior (PE), Marcio Angelo Ribeiro (BA), Maria Fernandes Marighella (BA), Oscar Ricardo Bessa da Silva (RJ), Ruan Octávio da Silva Rodrigues (AM), Tassia Souza Campos (MA), Vilmar Oliveira de Jesus (MG).

Componentes do Napp Cultura

Coordenação: Juca Ferreira e Márcio Tavares
Albino Rubim, Alfredo Manevy, Aluizio Matias, Américo Córdula, Ana Lúcia Pardo, Antônio Teófilo de Almeida, Beth Wagner, Bruno da Costa Ferreira, Caetano Scannavino, Carlos Paiva, Carolina di Deus, Cecília de Sá, Cícera Bezerra

de Moraes, Christiane Ramirez, Dalgiza Oliveira, Dandara Ferreira, Daniel Samam, Daniel Queiroz de Santana, Deryk Vieira Santana, Diana Almeida, Eduardo Lurnel, Eliane Costa, Fabiano Piúba, Fábio Henrique Lima de Almeida, Fabrício Noronha, Fátima Fróes, Gabriel Portela, Giane Elisa, Guilherme Varella, Jackson Raymundo, Jeferson Assunção, João Brant, João Pontes, João Roberto Peixe, Laert Cerqueira, Lia Baron, Lindivaldo Júnior, Luiz Fernando Lobo, Luiza Cela, Marcelo Bones, Marcos Alves de Souza, Maria Marighella, Marina Rodrigues, Miguel Jost, Nilson Rodrigues da Fonseca, Patricia Fróes, Pedro Vasconcellos, Rodrigo Estrello, Rodrigo Forneck, Rozane Dal Sasso, Sebastião Soares, Tuca Moraes, Yuri Soares Franco, Warley Alves, Viviane Martins, Xaú Peixoto.

Equipe responsável pela elaboração do documento: Juca Ferreira, Márcio Tavares, João Pontes, Albino Rubim, Pedro Vasconcellos, Marcelo Bones, Rebeca Brandão, Américo Córdula, Guilherme Varella, Fátima Fróes, Gabriel Portela, Marcos Souza, Maria Marighella, Leonardo Lessa, Ângela Mourão, Eliane Costa, Fabiano Piuba, Giane Elisa, Lindivaldo Júnior, João Roberto Peixe, Luiza Cela, Miguel Jost, Xaú Peixoto, Paulo Feitosa, Christiane Ramirez e Deryk Santana. Helenise Brant.

Centro de Altos Estudos (CAE)

Coordenador-executivo: William Nozaki

SUMÁRIO

Apresentação.....	06
Diretrizes de um programa cultural para o Brasil.....	12
Agenda estratégica para retomada das políticas culturais	18
Considerações finais.....	27

Apresentação

Em 2022, o Brasil celebra o bicentenário da Independência, quando deixamos, formalmente, de fazer parte do império português. Entretanto, ainda não somos um país plenamente independente, pois ao deixarmos o status colonial o país não rompeu com estruturas do colonialismo como a escravidão, que estende seu legado nefasto aos dias sentidos para a maioria negra do povo brasileiro. Igualmente, saímos da condição de colônia para uma inserção periférica e dependente no sistema capitalista mundial, deixando o país submetido a uma divisão do trabalho e a uma distribuição da riqueza produzida que amesquinha nosso desenvolvimento e mantém a maioria do povo brasileiro oprimido por uma estrutura política e social excludente.

Neste ano também celebramos o *centenário da Semana de Arte Moderna de 1922*, importante manifestação do desejo de encontro do Brasil consigo mesmo e que veio a influenciar as artes e o pensamento durante todo o século XX.

Inspirados pela história dos movimentos de resistência cultural, pelas tradições culturais de povos que fazem a diversidade cultural e étnica brasileira, cem anos após a experiência transgressora da semana de arte moderna de 22 e do bicentenário da nossa independência política nos colocamos a pensar a respeito do Brasil contemporâneo com seus desafios e potencialidades. As imensas efemérides de 2022 fazem com que questões como soberania, direitos, diversidade e a luta por igualdade sejam colocadas em perspectiva histórica, exigindo reflexão e demonstrando a centralidade da dimensão cultural para pensar o futuro do país.

A Semana de 22 enfatizou a importância das diversas matrizes culturais formadoras do país para a riqueza e a dimensão simbólica

do Brasil, desde os primórdios dos povos originários.

Os e as modernistas afirmaram a necessidade de modernização cultural e artística do Brasil e apontaram para uma produção cultural conectada às raízes mais profundas de nossa diversidade formativa, sem rejeitar as contribuições vindas de fora do país que, uma vez processadas pelo ato criativo dos e das artistas, somariam na produção da arte moderna brasileira.

A Semana foi inspiração para os processos artísticos e culturais, influenciando o olhar e o pensamento, a criatividade e a inovação na arte e na cultura brasileira do século XX. Contribuiu, mesmo considerando que estes processos de rompimento ainda estejam longe de concluídos, para transformar o olhar dos brasileiros sobre o Brasil. Foi um alento, uma referência para o enfrentamento das estruturas subjetivas e da estética colonizada.

Cem anos após a Semana de 22, também devemos pensar nos modernismos e na cultura brasileira a partir daquelas manifestações que emergiam ao mesmo tempo em que o Brasil era sacudido pelo movimento e que pulsam em nossa diversidade cultural. O samba, o maracatu, o frevo, a capoeira e tantas expressões que surgiam das urbes em crescimento desordenado do começo do século XX entram na narrativa da construção cultural brasileira, incluindo dimensão crítica para nossa formação artístico-cultural. A história que a história ou o movimento não abarcou, mas que são fundamentais para pensar a dimensão cultural brasileira, em 2022, ajudam a pensar o gigantesco potencial artístico e cultural do Brasil.

Nesse centenário, além das celebrações, certamente teremos o aprofundamento e a formulação das bases de um novo ciclo criativo e crítico do Brasil, considerando que algumas das referências e conceitos adotados pelos modernistas não resistem ao mundo de hoje e a Semana não deu conta de incorporar as manifestações

modernistas que aconteciam em vários estados da Federação e que fizeram parte da construção das identidades do Brasil de hoje.

A relevância simbólica de 2022 também se manifesta pelo *Centenário de Fundação do Partido Comunista Brasileiro* (PCB), primeira organização partidária da esquerda brasileira; e pelo Centenário de Darcy Ribeiro, sociólogo, antropólogo, educador, escritor e indigenista brasileiro, entusiasta do potencial do Brasil como um povo novo capaz de alavancar um projeto civilizatório generoso e um dos maiores defensores da causa indígena e da educação pública e de qualidade, com contribuições relevantes para o entendimento da cultura indígena e da formação do nosso povo.

2022 reserva papel central nos rumos do país. Guarda em si a possibilidade de retomada de um projeto popular e democrático para o Brasil!

O ano de 2022 mostra-se desafiador para os setores democráticos: temos a oportunidade de virar a página do bolsonarismo e sua guerra cultural, além de romper com o projeto trágico do neoliberalismo autoritário. *Reabrimos a possibilidade de uma nova caminhada histórica, com a afirmação da democracia, da justiça social, da diversidade como potência transformadora e da sustentabilidade em um movimento sob a liderança de Lula.*

Este poderá entrar para a história como o ano em que dissemos para nós mesmos e para o mundo que não há lugar para a barbárie, para a injustiça social, para a violência, para o negacionismo, para o racismo, o preconceito de todo tipo e para o autoritarismo no Brasil. Nosso país pode muito mais do que o papel de mero entreposto para as oligarquias conservadoras e o capital financeiro globalizado fazerem o que querem em busca de otimizar seus lucros e seus interesses. *Teremos a chance de darmos um passo*

decisivo de rompimento com o colonialismo e o escravismo resilientes, que impedem o Brasil de desenvolver completamente seu potencial como nação.

Certamente, em 2022, teremos oportunidade de promover o aprofundamento e a formulação das bases de um *novo ciclo criativo e crítico do Brasil*. É dessa possibilidade que se trata esta proposta: encarar a cultura como parte importante do processo de emancipação e superação das nossas mazelas históricas e da construção de um país democrático, com justiça social e tendo a sustentabilidade como referência no projeto de desenvolvimento.

Contudo, os obstáculos são inúmeros e precisaremos estar preparados para combater e isolar, politicamente, a violência simbólica e física, protagonizada por nossas elites e pela extrema-direita no poder.

A nossa experiência histórica demonstra que *é impossível refletir sobre o Brasil sem pensar na dimensão simbólica de nosso povo, em suas identidades e em seu imenso potencial criativo*. É mais impossível, ainda, transformá-lo sem disputar valores, visões de mundo e sem desenvolver uma nova sensibilidade e uma nova consciência coletiva.

É preciso retomar as profundas melhorias nas condições materiais de nosso povo, já experimentadas recentemente pelo povo brasileiro por meio dos governos petistas, mas é igualmente necessário *aguçar e construir uma cidadania pujante, baseada em valores democráticos e fraternos, ampliando a percepção de quem somos nós, das nossas potências, desejos e necessidades, e nossas singularidades como povo brasileiro*.

Precisamos retomar um processo de reconstrução e valorização da identidade nacional, de nossos valores éticos e estéticos mais profundos de nossa ancestralidade, de nossas raízes históricas e de

nossas memórias, que são múltiplas e singulares. Para voltarmos a ter orgulho da brasilidade, que nos projeta no mundo como nação potente e que tem muito a contribuir na superação dos grandes desafios globais. Nossa diversidade cultural e nossa biodiversidade são as nossas maiores riquezas e, como tais, devem estar no centro de nosso projeto de nação.

Precisamos retomar e avançar no caminho da valorização e da garantia de direitos para todos e todas. Ao pensar em direitos, a cultura deve ser concebida como um direito humano fundamental para a cidadania brasileira e que precisa ser promovido e protegido pelo Estado. *Radicalizar a democracia, descolonizar e despatriarcalizar a vida, promover a justiça social e a igualdade de direitos e oportunidades, e assumir nossa diversidade como um patrimônio, são alguns dos grandes desafios para um projeto de desenvolvimento soberano e sustentável*

Por isso, é necessário construir uma posição política que compreenda a importância política central da cultura e, assim, não a trate como algo setorizado, menor, mas que coloque a *dimensão simbólica da vida social – com as visões de mundo, sensibilidades e comportamentos – como prioridade nas estratégias emancipatórias fundamentais. É preciso pensar a arte e a cultura como centrais na reconstrução da democracia, como campos de convivência e reflexão e de coesão social.* A compreensão necessária é aquela que percebe a política cultural como propulsora de cultura política em defesa da democracia e da vida.

Precisamos de um programa de transformação cultural para o país, a ser defendido e levado à prática por Lula e seu governo e pelo conjunto dos setores democráticos e progressistas que darão vida ao próximo governo democrático e que deverá ser o fundamento do pacto político que será a base do novo ciclo democrático.

Os desafios são muitos e o projeto democrático terá que dar conta de velhos e novos desafios. Além dos desafios impostos pela resiliência das mazelas históricas e pela atual destruição do Estado, ataque às culturas e às artes brasileiras, crise econômica, crise sanitária e a necropolítica protagonizada por Bolsonaro e seu governo. O mundo está passando por transformações radicais que são incontornáveis e chamamos a atenção para as novas realidades que estão emergindo e modificando as relações sociais, bem como praticamente todas as dimensões da vida social e individual, como a presença generalizada da internet e a digitalização dos principais processos sociais e da vida cotidiana dos seres humanos. O programa cultural precisa apontar estratégias para este novo Brasil, em suas contradições, limitações e potencialidades para fazermos desses avanços tecnológicos, e em várias áreas do conhecimento, conquistas que venham contribuir com a elevação da qualidade de vida de todos os brasileiros e brasileiras.

Nós representamos, na política, um projeto de felicidade coletiva, de compromisso com a vida, contra os projetos de morte e contra a barbárie capitalista. O nosso desejo é construir um Brasil que seja soberano e igualitário com igualdade de gênero, raça, sexualidade e classe e, ainda, livre de ódio e preconceitos. Nossa política cultural está enquadrada nesses valores transformadores.

Diretrizes de um programa cultural para o Brasil

De 2003 a 2016, com Lula (PT) e Dilma Rousseff (PT), o Brasil passou pelo mais importante ciclo de melhoria nas condições materiais de vida da população na sua história. São melhorias que vão desde os aspectos mais básicos de sobrevivência, como a erradicação da fome e da extrema pobreza, retirando mais de 40 milhões de pessoas dessa condição, luz para todos que vivem no campo e água para todos os que vivem no semiárido, a ampliação do acesso à saúde pública e a chegada ao pleno emprego; passando pela melhoria nas condições de existência social, como a redução significativa do déficit habitacional e ampliação do poder aquisitivo; por melhorias nas possibilidades de emancipação e projeção de futuros, com ampliação do acesso à educação básica e ao ensino superior; o fortalecimento da soberania nacional; as políticas de sustentabilidade e de proteção do meio ambiente contribuíram para o despertar da consciência do Brasil para a necessidade de ter referentes de sustentabilidade e proteção da natureza e dos recursos naturais. Foram muitos os avanços sociais de reconhecimento e institucionalização de direitos de diversos setores da população brasileira.

Os avanços deste período fizeram do Brasil um dos países mais destacados no cenário internacional, afirmando nossa posição como uma liderança capaz de contribuir para construção de um mundo mais democrático e solidário.

Do ponto de vista das políticas culturais, durante os governos de Lula e Dilma, vivemos um conjunto de transformações paradigmáticas e institucionais importantes. O Estado passou a reconhecer sua responsabilidade para o desenvolvimento cultural do país e para a democratização e o acesso pleno à cultura, sintetizadas no Plano Nacional de Cultura e nas várias políticas setoriais e serviços.

Passamos a implementar uma série de políticas públicas, programas de governo, a desenvolver serviços culturais e a implementar a modernização do sistema regulatório que rege o mundo da cultura e das artes, partindo do reconhecimento de que o acesso aos meios de criação, produção, circulação, difusão, fruição, formação, memória, pesquisa, informação e comunicação de bens e serviços culturais são direitos sociais básicos, tão importantes e complementares às três primeiras gerações de direitos (individuais, políticos e sociais) que vêm sendo conquistados historicamente.

Governo, sociedade e o mundo da cultura e da arte passaram, a partir do governo Lula, a avançar e viver um processo no sentido da conquista dos direitos culturais, partindo da promoção da cidadania cultural, respeitando, promovendo e garantindo a liberdade de expressão, a autonomia, a diversidade, a memória e a democracia, contribuindo com uma agenda de potencialização dos processos culturais e artísticos como vetor de desenvolvimento, pensando como um ativo estético, cidadão e econômico fundamental.

Assim, foram criadas e qualificadas políticas estruturantes, os serviços culturais foram ampliados e as instituições e equipamentos culturais fortalecidos. Houve aumento do orçamento, democratização das esferas de decisão e criação de espaços participativos em diálogo permanente com a gestão e por meio de três conferências nacionais de cultura, que envolveram mais de 3 mil municípios, em todos os estados da federação. O Conselho Nacional de Política Cultural foi implementado e fortalecido e estabelecemos as bases de um Sistema Nacional de Cultura. Foi um período fértil para a imaginação e para a cultura brasileira.

Mesmo com avanços tão importantes nas políticas culturais, nossos governos não conseguiram incidir no nível necessário na dimensão simbólica do país e a na vida dos seus mais de 200 milhões de

habitantes. *Dessa maneira, a disputa da nossa população para valores democráticos e igualitários é horizonte estruturante da perspectiva das políticas culturais a serem desenvolvidas por um novo governo democrático e popular.*

O golpe das elites, iniciado em 2016, veio interromper esse processo de construção e consolidação das políticas culturais. Nos últimos anos, vivemos um período de extinção, demolição e sucateamento das instituições e das políticas culturais com consequências gravíssimas para a democracia, para a qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras e para as liberdades no país que são marcas da guerra cultural empreendida pela extrema direita.

Em nossos anos no governo, marcados por melhorias significativas nas condições de vida da classe trabalhadora e do povo em geral e pela implementação de processos institucionais importantes para aprofundar e ampliar a nossa democracia e reduzir as desigualdades sociais, é perceptível que essas melhorias não foram acompanhadas por um processo de comprometimento de largas parcelas do povo brasileiro com a transformação do país, com a qualificação das relações sociais e de sua dimensão simbólica e com a defesa da própria democracia.

Para a retomada do desenvolvimento com democracia e as muitas melhorias na qualidade de vida de grande parte do povo brasileiro, precisaremos entender e enfrentar como um desafio político o fato de que o processo não foi acompanhado por uma conscientização na amplitude e profundidade necessária, pelo fortalecimento da perspectiva coletiva e democratizante, de tal forma que estas melhorias puderam ser capturadas por narrativas políticas neoliberais, por leituras religiosas conservadoras, por interpretações despolitizadas e até antipolíticas.

Foi justamente nesta dimensão simbólica, no campo do

enfrentamento de narrativas, que a direita cresceu com o discurso golpista, “lavajatista”, neofascista e de frações conservadoras do neopentecostalismo. A seguir, sugerimos algumas diretrizes que julgamos importantes para o futuro das políticas de cultura.

Cultura, política e desenvolvimento

Nosso projeto político deverá incorporar um conceito amplo do desenvolvimento sustentável, capaz de articular o progresso econômico, humano, social, ambiental e cultural de modo dinâmico e integral. A cultura deverá ser mola propulsora para a promoção de uma sociedade antirracista, antipatricarcal e livre da LGBTfobia, construindo uma visão a respeito da igualdade que acompanhe a melhoria da vida e o respeito às identidades e subjetividades.

A cultura deverá ocupar um papel central na mobilização de novos imaginários e de afirmação de uma nova consciência acerca da sociedade, para construção de espaços comuns de convivência, na qualificação das relações sociais e no processamento e elaboração das questões coletivas.

Para superar a guerra cultural protagonizada pela extrema-direita, deveremos incorporar a disputa pela hegemonia como elemento estratégico de nossa atuação política. Contra a perspectiva preconceituosa, violenta e obscurantista do bolsonarismo e de toda a direita, deveremos buscar construir uma sólida maioria social comprometida com os valores da democracia, da pluralidade, da diversidade, da igualdade e da liberdade.

A cultura e as políticas culturais têm valor estratégico nesse processo. A cultura, além de ser o componente gerador de uma modificação, na sociedade, dos valores, da sensibilidade, da visão de mundo e dos comportamentos que nos impulsionarão com força na direção do futuro, produz e movimenta uma das economias que

mais crescem no mundo, gerando emprego, renda e soberania.

Em sua dimensão estética, possibilita a emergência da criatividade, a valorização da diferença e da diversidade e a formação de um ambiente social pulsante e, ao mesmo tempo, pacífico. As políticas culturais com capacidade de escala impactam na autoestima do povo brasileiro e vitalizam a coesão nacional na afirmação de múltiplas identidades. Políticas culturais também impactam no desenvolvimento sustentável ambientalmente, estimulando novas visões de mundo, novas sensibilidades, novos comportamentos e novas relações com a natureza.

Em sua perspectiva cidadã, permitem a transformação da sociedade construindo ambientes sob o signo da paz, prosperidade, igualdade e respeito. A formação de base para e com a arte e a cultura ativa a construção de uma cidadania crítica, necessária para a consolidação da democracia, e permite que sujeitos desenvolvam seu potencial criativo.

Em sua dimensão econômica, as políticas culturais emulam o futuro da nossa economia em um momento em que a aposta na criatividade é fundamental para garantir a empregabilidade de nossos jovens e uma nova economia sustentável.

Políticas culturais promovem o desenvolvimento político, com o empoderamento da cidadania e dos valores democráticos, a preparação para a vida em sociedade, para o respeito ao outro, para ser parte da vida coletiva. Políticas culturais potencializam o próprio desenvolvimento humano e são fundamentais para a formação afetiva e intelectual e o pleno desenvolvimento da condição humana com acesso de todas e todos.

Cultura, transversalidade e diversidade

Nossas propostas, em sua concepção e efetivação, deverão acionar a transversalidade para fortalecer a cultura – inclusive, a

própria transversalidade interna ao campo cultural – e, por outro lado, para maximizar a contribuição da cultura para as demais dimensões da sociedade. A transversalidade da dimensão cultural não pode ser apenas entre setores institucionais: tem que partir do reconhecimento da importância estratégica da sua dimensão simbólica em toda a sociedade.

O Ministério da Cultura, a ser recriado por Lula, deverá se investir como um grande articulador das políticas culturais junto aos demais órgãos governamentais e com a sociedade. Políticas de educação, segurança pública, saúde e meio ambiente, por exemplo, podem ser imensamente mais efetivas quando incorporam a dinâmica cultural em sua elaboração. Nessa medida, deveremos mobilizar a participação intensiva da comunidade cultural na construção dessa dinâmica virtuosa de políticas transversais.

É imprescindível que a nossa concepção de política cultural compreenda a diversidade como ativo fundamental para a efetivação das mudanças que o país precisa. A diversidade cultural deverá ser incorporada como tema estratégico para a construção de políticas que protegem e coesionam o conjunto da nossa sociedade e garantem a consolidação de uma democracia substantiva.

Nossa diversidade territorial, étnico-racial, sexual e de gênero precisa ser valorizada com políticas que descentralizem a ação do Estado para múltiplos territórios, deixando emergir as expressividades de nosso povo. Além disso, nosso projeto incorpora as políticas afirmativas como dinâmica necessária para a conquista da igualdade. Deveremos atentar para os povos originários, comunidades tradicionais, populações negras, mulheres, trabalhadores pobres que vivem nas periferias e favelas, LGBTQIA+, jovens, adolescentes, crianças, idosos e pessoas com deficiência e transtornos psíquicos, assim como grupos que necessitam de prioridade.

Agenda estratégica para retomada das políticas culturais

Reconstrução do Ministério da Cultura

O programa para o Brasil precisa posicionar a dimensão cultural no centro da estratégia de reconstrução do país. Assim, é fundamental a reconstrução do Ministério da Cultura – deve ser, senão a primeira medida, mas uma das primeiras medidas do novo governo Lula, pela força simbólica que terá, com a recomposição modernizada de sua estrutura institucional, fortalecimento de suas instituições e equipamentos, assim como a recomposição orçamentária, permitindo a retomada, qualificação, ampliação e criação de novas políticas culturais, com capacidade ampla de escala e impacto na sociedade.

A reconstrução do Ministério da Cultura, como ente promotor e articulador da política cultural, deverá vir acompanhada da recuperação das instituições que foram desmontadas durante o governo Bolsonaro: Agência Nacional do Cinema (Ancine), Fundação Cultural Palmares, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Nacional de Artes (Funarte), Biblioteca Nacional, Cinemateca Brasileira, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Reconstrução econômica da cultura brasileira

A guerra cultural bolsonarista se traduziu na destruição das instituições e das políticas culturais do Estado e em sistemáticos ataques à produção cultural brasileira e aos artistas e criadores. A pandemia agravou ainda mais este sufocamento do setor.

Entretanto, a cultura é central como condição para a reconstrução do país e a economia da cultura é estratégica para o processo de

reconstrução da economia nacional, pois é um dos setores com maior capacidade de crescimento e baixo impacto ambiental, com soberania e criatividade.

Assim, o futuro programa de governo precisa apontar estratégias sólidas de reconstrução econômica do setor. Dois dos pontos centrais desta estratégia devem ser a revisão das fontes de financiamento do setor, incidindo na legislação tributária, na regulamentação do direito autoral na internet, na regulamentação adequada dos serviços de *streaming* e na regulação das diversas economias culturais em linha com o praticado em países como França, Espanha e Coreia do Sul; e a reestruturação dos mecanismos de incentivo fiscal e fomento: o incentivo não pode ser criminalizado, deve ser republicano, sem dirigismo estatal tal como foi gerido nos governos Lula e Dilma, mas também não pode ser o único nem o principal mecanismo de apoio à produção cultural do país; não pode ser tão concentrador, e deve estar alinhado com o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura. Igualmente, será fundamental o fortalecimento do Fundo Setorial do Audiovisual, criando condições para uma retomada do setor. Tanto as políticas de fomento como as de incentivo fiscal devem ser vistas como uma parceria entre o setor público e o privado com o objetivo do fortalecimento das economias da cultura e da produção cultural brasileira.

A retomada do Ministério da Cultura precisa contar com um importante e impactante programa de estímulo a setores estratégicos, acompanhada de um programa de apoio aos trabalhadores e às trabalhadoras da cultura, inclusive incidindo na legislação trabalhista e previdenciária. É urgente que se qualifique o conhecimento e a informação acerca das dinâmicas econômicas, do consumo e do estado da arte dos setores culturais, como a construção da conta satélite da cultura e a elaboração de diferentes diagnósticos, como também o estabelecimento e reconhecimento

de profissões e categorias de serviços.

Precisamos de estratégias de longo, médio e curto prazos que promovam a proteção da nossa diversidade, garantindo seu desenvolvimento e sua internacionalização, inclusive como dispositivo de fortalecimento da soberania.

Da mesma forma, precisamos retomar as estratégias de garantia da liberdade de expressão e dos direitos intelectuais e autorais, especialmente na internet, e construir uma agenda econômica da cultura no ambiente digital. Também é importante que sejam avaliados os legados, qualificadas e retomadas estratégias emergenciais elaboradas como forma de enfrentar os impactos econômicos da pandemia, a exemplo da Lei Aldir Blanc e da Lei Paulo Gustavo, que podem servir de marcos para o processo de retomada do investimento em cultura.

Elaboração de um novo Plano Nacional de Cultura (PNC) e aprofundamento do Sistema Nacional de Cultura (SNC)

O Plano Nacional de Cultura (PNC) é a mais importante síntese conceitual e programática das transformações paradigmáticas iniciadas em 2003 no campo das políticas culturais. O desenho de novos horizontes culturais para o país que queremos construir se inicia no programa de governo, mas terá na elaboração de um novo PNC seu estágio mais importante. Precisamos promover um amplo e democrático processo de reflexão, diálogo, solidariedade e ousadia para estruturação de um PNC que aponte os desafios para um novo ciclo cultural, em que a cultura esteja no centro da estratégia de país.

Um novo governo Lula precisará retomar e ampliar esferas de participação, com a imediata convocação da IV Conferência Nacional de Cultura; recomposição e redesenho do Conselho

Nacional de Política Cultural e dos Colegiados Setoriais e Territoriais, retomando a ampla participação social. O Sistema Nacional de Cultura (SNC), o mais importante arranjo institucional voltado à implementação do Plano Nacional de Cultura (PNC), é um dos grandes legados dos governos Lula e Dilma. Um dos debates mais importantes para qualificação do SNC é o sobre a atribuição dos entes federados, visando definir competências, evitar sobreposições, lacunas, promover o desenvolvimento de arranjos produtivos regionais e qualificar políticas para contextos urbanos e rurais. Outro importante desafio é a retomada do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), além da promoção de pesquisas e a formulação de políticas culturais, subsidiando a construção e o monitoramento de um novo PNC. Por fim, é fundamental que um novo ciclo de políticas culturais tenha como importante desafio a reestruturação de marcos legais e regulatórios, e criação de uma Lei Orgânica da Cultura.

Ampliação das condições de acesso e promoção da diversidade

O programa cultural que vamos construir precisa indicar estratégias para que a diversidade cultural brasileira seja reconhecida e valorizada com capacidade de escala e impacto.

Será necessário promover uma grande onda de acesso, não apenas aos bens culturais, mas também aos meios e condições de produção, manutenção e circulação de atividades artísticas e culturais que valorizem a diversidade brasileira em suas múltiplas dimensões em termos de identidades, corpos e territórios, reconhecendo que o acesso é uma etapa importante na garantia plena da cidadania democrática e cultural.

Será necessário resgatar a agenda exitosa que, durante 13 anos, investiu em sujeitos, corpos e territórios contra-hegemônicos, mas também reconhecer e incorporar, à luz do tempo, os importantes

protagonistas, resultados e tecnologias socioculturais que emergem hoje como legado deste período. Assim, é fundamental estabelecer o compromisso com a retomada, qualificação e ampliação de políticas para culturas de matrizes africanas, povos tradicionais, culturas populares, povos originários e políticas que promovam a diversidade racial, étnica, sexual e de gênero.

É preciso investir nos territórios geográficos, mas também nos simbólicos, como restauradores de um senso de comunidade, onde a arte e a cultura se apresentam como importantes táticas na restituição da convivência e do encontro e, igualmente, garantir a circulação de produção, linguagens e sujeitos entre distintos territórios. Neste sentido, o Cultura Viva, política de base comunitária do SNC, também precisa ter a dimensão que o povo brasileiro, com mais de 200 milhões de habitantes, demanda. Igualmente, os pontos de cultura deverão ser retomados e revitalizados. Precisamos de uma política de educação e formação cultural que mergulhe a diversidade cultural brasileira em processos educativos (da educação primária à pós-graduação) e, para além da educação formal, promova processos de formação de público e de competências artísticas e culturais para além de profissionais do campo (como um direito social básico). A infraestrutura cultural precisa ser qualificada e ampliada para melhorar as condições de produção, circulação, comunicação e consumo.

O Brasil precisa ser um país de leitores e leitoras com capacidade de reflexão, crítica e elaboração. Para isso, precisamos de políticas robustas para o livro, leitura, literatura e para as bibliotecas, tornando-as ambientes inovadores da difusão do conhecimento. Além disso, precisamos, paralelamente à construção de um programa de promoção da ocupação dos espaços públicos e consolidação dos privados, estimular a ampliação e descentralização dos bens culturais como museus,

teatros etc., entendendo-os como ferramentas fundamentais na formação cidadã e na constituição do direito à cidade, à memória e à identidade.

Uma das pautas importantes no programa será da democratização dos instrumentos de comunicação, garantindo a liberdade de expressão e artística, cuidando do seu caráter público, educativo, cultural, impedindo sua concentração nas mãos de poucos grupos empresariais. Precisaremos desenvolver um programa que transforme o acesso pleno à internet em um direito de todos/todas, e garantir o seu uso o mais amplo possível como um recurso na educação e na cultura.

Políticas para as artes: uma construção necessária

A arte é um fenômeno da cultura e uma das suas dimensões mais importantes. Um olhar focado no fazer artístico tem um significado determinante para compreender e aprimorar a dimensão simbólica e para o fortalecimento da identidade do país; e grande importância para a recuperação democrática e o fortalecimento dos afetos e das potências da cidadania.

Durante a pandemia, as obras produzidas pelo conjunto de criadores e trabalhadores e trabalhadoras das artes foram essenciais para ajudar as pessoas a encontrarem força e esperança em um momento tão devastador. Mesmo os sucessivos ataques de Bolsonaro às artes e aos artistas, criminalizando-os e censurando-os, e a total paralisação das políticas públicas voltadas para esse setor, não foram capazes de diminuir sua importância na vida de brasileiros e brasileiras e evidenciaram ainda mais a importância política, social e cultural dos artistas brasileiros.

É, portanto, pela afirmação da importância das artes para a recuperação democrática, social e econômica do Brasil, que se faz

urgente a construção de uma vigorosa política para as artes de dimensão nacional, com efetivo espraiamento e pulsação em todos os territórios e rincões do país, com garantia plena da liberdade de expressão e valorização da diversidade. Há que se investir na reestruturação da ANCINE e na formulação de um conjunto de programas estruturantes, consolidados como políticas de Estado e que levem em conta as particularidades de cada linguagem artística, seu financiamento e sua transversalidade com outras políticas públicas, como, mas não só, a educação, a comunicação e os direitos humanos.

É também fundamental recuperar e transformar a infraestrutura cultural duramente sucateada nos últimos anos, e avançar no aprimoramento de marcos legais, incluindo os tributários e trabalhistas, que garantam o melhor ambiente para o desenvolvimento das artes no país e os direitos aos criadores, artistas em geral, técnicos, produtores e fazedores e fazedoras que atuam em todas as etapas e setores do fazer artístico.

As políticas para as artes brasileiras devem ancorar-se no estímulo à criação, divulgação e circulação de nossa produção dentro e fora do país, pois esta é uma dimensão intrínseca à própria criação artística. Espetáculos, exposições, livros, filmes, acervos e outras obras são feitos para transitar e, num país de proporções continentais, essa é, inegavelmente, uma tarefa do governo federal. Só assim iremos recuperar e consolidar o Brasil como potência artística e estética reconhecida globalmente, forjada na diversidade de linguagens, expressões e manifestações dos povos e comunidades que conformam nossa multiplicidade cultural e no desenvolvimento de uma forte economia criativa. A regulamentação do direito autoral, principalmente na internet, bem como a regulamentação da atuação dos serviços de streaming, se mostram como centrais para uma política contemporânea capaz

de dar sustentação a todo o sistema de produção das artes.

As artes deverão receber uma atenção especial por meio de políticas, programas e projetos que deem conta da complexidade e da amplitude que o desenvolvimento das linguagens e todo o universo criado exigem, por meio da formação, produção, circulação, fruição, economia cultural, internacionalização etc.

Patrimônio e Memória

Um dos principais mecanismos que dão sustentação à resiliência da mentalidade e valores originários do período colonial é a produção de dispositivos que buscam manipular a memória coletiva do povo brasileiro como forma de justificar as injustiças e violências, glorificar os opressores e naturalizar as obscenas desigualdades sociais.

O bolsonarismo e toda a extrema-direita atuam intensamente nesta dimensão, atacando e desmerecendo uma série de conquistas históricas, e sistematicamente questionam a memória histórica para enfraquecer a consciência das violências estruturais cometidas pelo Estado e pelas classes dominantes desde o início da formação do Brasil, assim como procuram o tempo inteiro desvalorizar as conquistas e as ações reparadoras.

Sistematicamente, como um mecanismo de sustentação do racismo estrutural, buscam esmaecer e distorcer as memórias das populações afrodescendentes, as violências da escravidão e seus reflexos e sua presença na vida e nas relações sociais até os dias de hoje. Defendem, sem nenhum pudor, o genocídio dos povos indígenas – e combatem os direitos conquistados na Constituição de 1988; a memória dos crimes cometidos na ditadura; a memória das lutas democráticas e todo o processo de construção e institucionalização de direitos no país.

A memória é parte importante para a construção da consciência e da identidade do povo brasileiro, e revela as origens históricas das desigualdades, dos privilégios e da violência como chagas estruturais silenciadas no Brasil. O programa cultural para o Brasil e o programa cultural do governo Lula deverá fortalecer as políticas de memória e a preservação do patrimônio histórico e cultural, e vai precisar promover, de forma massiva, a releitura das memórias do país, como parte da reconstrução do Brasil.

Um outro Brasil é possível a partir da ativação da memória e do desenvolvimento de uma consciência crítica como parte da cultura popular e como esteio da visão de mundo e da sensibilidade dos subalternizados e das subalternizadas.

Deveremos reconstituir instituições fundamentais para a proteção do nosso patrimônio material e imaterial: Iphan, Ibram, Fundação Palmares, Biblioteca Nacional, Cinemateca Nacional, por exemplo. Os acervos históricos e artísticos, e igualmente as manifestações da cultura popular, com seus mestres e mestras, merecem todo o acolhimento e proteção por meio de tratamento adequado e de políticas objetivas. Um desenvolvimento que ameaça esse patrimônio e esse acervo histórico jamais poderá ser considerado sustentável.

Considerações finais

A cultura é um vetor estratégico para o desenvolvimento do país e é urgente que seja compreendida em sua dimensão transformadora. Grande parte dos problemas urgentes vividos pelo povo brasileiro podem ser resolvidos com uma política cultural robusta, orientada para a promoção dos direitos e de valores democráticos. Apostamos nesse entendimento e na força dos movimentos culturais e artísticos para que essa perspectiva inovadora a respeito do papel político da cultura possa frutificar como uma nova e abrangente política de cultura para o Brasil.

CADERNOS
TEORIAeDEBATE

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana 04117-091 São Paulo - SP

Fone: (11) 5571 4299 - www.fpabramo.org.br